



A relação entre gestão de democrática e prática pedagógica do professor de ensino religioso

The relationship between democratic management and pedagogical practice of religious education teachers

Francisco Willams Campos Lima
Universidade do Estado do Pará

Fernando Adlly Kauffmann Negrão
Universidade do Estado do Pará

Albiane Oliveira Gomes
Universidade Estadual do Maranhão

Resumo: O texto tem o objetivo de analisar a relação entre gestão de democrática e prática pedagógica do professor de ensino religioso. Por meio da pesquisa bibliográfica em interlocução com algumas pesquisas como de Campos e Pereira e Junqueira, buscou-se entender como a prática do professor de ensino religioso é influenciada pelo contexto escolar geral, em especial, as ações da gestão. Os resultados revelaram que a gestão escolar pode promover práticas democratizantes em relação ao respeito a diversidade de crenças por meio de parcerias com os partícipes escolares com destaque para o professor de ensino religioso.

Palavras-chave: Gestão democrática. Prática pedagógica. Professor de ensino religioso.

Abstract: The text aims to analyze the relationship between democratic management and the pedagogical practice of religious education teachers. Through bibliographical research in conjunction with some research such as Campos and Pereira and Junqueira, we sought to understand how the practice of religious education teachers is influenced by the general school context, in particular, management actions. The results revealed that school management can promote democratizing practices in relation to respect for diversity of beliefs through partnerships with school participants, with emphasis on religious education teachers.

Key-words: Democratic management. Pedagogical practice. Teacher of religious education.

Recebido em: 11 jun. 2024 - Aprovado em: 29 jul. 2024.

Introdução

Aqui, faz-se uma reflexão sobre a prática pedagógica do professor de ensino religioso, na perspectiva da gestão democrática, buscando a ressignificação de conceitos e concepções consagrados nos dispositivos legais. Para tanto, argumenta-se no sentido de que o professor da mencionada área de conhecimento deve pautar seu fazer pedagógico em valores como o respeito à diversidade, a tolerância religiosa, a promoção da paz e da justiça social, em favor da construção de práticas democratizantes (LIMA E PEREIRA, 2024).

Esse debate vem sendo realizado no âmbito do Grupo de Pesquisas em Ensino Religioso na Amazônia (GEPERA), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará (PPGCR/UEPA)

A gestão democrática na prática pedagógica do professor de ensino religioso é um conceito que tem evoluído ao longo do tempo. No passado, era muitas vezes marcado pela transmissão autoritária de dogmas e crenças, sem espaço para a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. No entanto, com o avanço das teorias pedagógicas e a promoção dos princípios democráticos na educação, a gestão democrática tem sido cada vez mais valorizada na prática do ensino religioso.

Também é fundamentada em princípios como a participação ativa dos estudantes, a valorização da diversidade de crenças e religiões, o respeito às diferenças e a promoção do diálogo e da reflexão crítica. O professor de ensino religioso que adota uma abordagem democrática busca envolver os estudantes nas decisões sobre os temas a serem desenvolvidos, estimula o diálogo entre as diferentes crenças e religiões representadas na sala de aula e promove atividades que estimulam a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento.

A gestão democrática na prática pedagógica do professor de ensino religioso pode envolver estratégias como a organização de debates, rodas de conversa, pesquisas e produção de trabalhos sobre diferentes crenças e religiões, além de promover a escuta ativa dos estudantes, respeitando suas opiniões e experiências pessoais. É importante também garantir que todas as vozes sejam ouvidas, independentemente da crença religiosa ou convicção filosófica dos estudantes, e que haja um ambiente seguro e respeitoso para o diálogo e a expressão das diferentes perspectivas.

Nesse viés, o texto tem o objetivo de analisar a relação entre gestão democrática e prática pedagógica do professor de ensino religioso. Por meio da pesquisa bibliográfica apoiada em Gil (2008) e Minayo (2009) com interlocução com algumas pesquisas como de Campos e Pereira (2024) e Junqueira (2017) buscamos entender como a prática do professor de ensino religioso é influenciada pelo contexto escolar geral, em especial, as ações da gestão.

1 Os objetivos do ensino religioso na BNCC

O ensino religioso é uma das áreas de conhecimento que compõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental no Brasil, tendo o principal objetivo promover o respeito à diversidade religiosa e desenvolver a

compreensão crítica e reflexiva sobre as diferentes manifestações religiosas presentes na sociedade.

Os objetivos do ensino religioso na BNCC são: (i) compreender a diversidade religiosa e suas expressões, reconhecendo que há diferentes formas de manifestação da fé e da espiritualidade, e respeitando as diferentes crenças e valores das pessoas; (ii) promover o diálogo inter-religioso, estimulando a convivência harmoniosa entre pessoas de diferentes crenças e culturas, favorecendo a construção de uma sociedade plural e tolerante; (iii) desenvolver o pensamento crítico e reflexivo, estimulando o questionamento e o debate sobre as diferentes visões de mundo e a compreensão das relações entre religião, ética, cultura e sociedade; (iv) proporcionar a formação integral do estudante, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal, social e cultural, e ajudando-o a lidar com questões relacionadas à identidade, sentido da vida, valores, normas e condutas; (v) fortalecer a formação cidadã, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna, e incentivando a participação crítica e responsável dos estudantes na vida social e política (BRASIL, 2017, p.28)

É importante destacar que o ensino religioso deve ser realizado de forma não confessional, ou seja, não deve promover ou favorecer uma determinada religião em detrimento das demais, mas sim valorizar a diversidade e o pluralismo religioso, em favor da construção de uma sociedade mais democrática, em que as diferenças culturais e sociais sejam valorizadas na escola básica.

A BNCC surge com uma proposta para harmonizar a educação brasileira que recebe críticas em função da sua configuração nacional ao não considerar a diversidade territorial como a Amazônia mesmo que possua uma parte diversificada porque “o processo de padronização do currículo do ensino fundamental está cada vez mais difundido, tanto no Brasil quanto em vários países do mundo” (SANTOS; DINIZ-PEREIRA, 2017, p. 282).

Essa padronização tem caráter federativo que inclui instituições de ensino públicas e privadas, levando em consideração as diferentes aprendizagens que precisam ser consolidadas nos diferentes níveis da educação básica. A BNCC é um documento normativo que define um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens básicas que todos os alunos devem desenvolver nas fases e modalidades do ensino básico de forma a garantir os seus direitos de aprender e desenvolver-se de acordo com o que estabelece do Plano Nacional de Educação (NEP) (BRASIL, 2017, p. 17).

O ensino da religião na BNCC deixou de ser apenas parte do currículo e passou a ser visto como uma área do conhecimento, assim como outras áreas que já fazem parte do sistema educacional brasileiro (BRASIL, 2017).

Entre idas e vindas de várias versões da BNCC, o ensino religioso conquistou um lugar na versão aprovada desse importante documento da educação nacional. Embora faça parte do currículo do ensino fundamental brasileiro há muitos anos, somente nas últimas décadas adquiriu características semelhantes às de outras disciplinas curriculares.

Uma complexa rede de relações políticas e interesses de grupos moldou a área de RES no sistema educacional. No entanto, essa configuração de forças ainda convive no interior do aparato do Estado com disputas permanentes pela hegemonia de suas crenças e pelo exercício da legitimidade e do poder (SILVA, 2018).

No próprio texto da BNCC, o caráter confessional e catequético é descrito no contexto histórico do ensino religioso, que por muito tempo dominou a existência e o funcionamento do componente curricular no campo educacional. O ensino religioso como o conhecemos hoje é resultado de grandes investimentos históricos tanto dos órgãos que regem a educação quanto daqueles que produzem pesquisas acadêmicas no campo do ensino religioso (WACHHOLZ 2015, p. 19).

A construção histórica do ensino religioso não surgiu da noite para o dia e ainda hoje exige muita reflexão. Dentro da BNCC, o ensino religioso passou a ter como objeto de estudo o conhecimento religioso, que inicialmente discorda das tendências confessionais e catequéticas e permanece como oferta obrigatória para as instituições públicas de ensino, sendo facultativa para os alunos (Art. 33 Lei 9.394/96).

A BNCC estabelece dez competências gerais que os alunos devem desenvolver durante o ensino básico. Sabemos que competência é uma palavra multifacetada e talvez por isso a BNCC tenha destacado o que se entende por competência:

A competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e sócio emocionais), atitudes e valores para resolver as complexas exigências da vida cotidiana, a plena aplicação da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p.8).

Diante disso vale ressaltar que a BNCC define que o Ensino Religioso é uma das áreas do conhecimento que deve ser contemplada no currículo escolar, com o objetivo de promover o respeito à diversidade religiosa e incentivar o diálogo inter-religioso e isso pode ser influenciado diretamente pela gestão escolar.

2. Gestão Democrática e diversidade religiosa na prática pedagógica docente

A gestão democrática na prática pedagógica do professor de ensino religioso também pode envolver a promoção da participação dos estudantes na elaboração de regras e normas para a convivência na sala de aula, bem como na definição de estratégias de avaliação que permitam a autoavaliação e a coavaliação entre os estudantes. Isso contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica e participativa nos estudantes, incentivando-os a serem cidadãos ativos e responsáveis em suas comunidades (HORA, 2007; PARO, 2000).

Isso não significa a imposição de uma crença religiosa ou a negação da importância das crenças e religiões na vida dos estudantes. Pelo contrário, a gestão democrática busca respeitar e valorizar a diversidade de crenças e religiões, promovendo o diálogo intercultural e inter-religioso, estimulando a compreensão

mútua e a tolerância, e contribuindo para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e respeitosos em relação às diferenças.

A sociedade brasileira está se tornando uma sociedade complexa devido à sua diversidade. Essa diversidade está representada em todo o território nacional, tornando o Brasil um país pluralista, cultural, socioeconômico e político. Devido a essas características, vários tipos de discriminação e desrespeito a essa diversificação "tornaram-se comuns". O racismo e a desigualdade de gênero são exemplos desse tipo de desrespeito há muitos anos. Entretanto, outro tipo de discriminação que vem aumentando a cada ano é a intolerância religiosa, entendida como "toda forma de preconceito, insulto ou desqualificação de diferentes crenças e religiões" (REIS, 2017, p. 366).

Em uma sociedade que passa por constantes mudanças, a escola é uma instituição de grande importância para o desenvolvimento humano, no que diz respeito à formação e educação, e por isso, é preciso reconhecer, por conseguinte, que a instituição escolar "é um espaço para a convivência de crianças e filhos, adolescentes de diversas procedências, transmitindo conhecimentos sistematizados sobre o país e o mundo e um dos locais onde se ensinam as regras do espaço público" (VALENTE, 2010, p. 30).

[...] as regras de um espaço público historicamente marcado pelo desrespeito à diferença podem ser ensinadas: como se fosse possível que a crítica dirigida à sociedade ficasse fora dos muros da escola; como se as desigualdades, as injustiças, os conflitos de classe e culturais existentes na sociedade fossem de alguma forma neutralizados no contexto escolar, tornando-se assim uma realidade a-histórica (VALENTE, 2010, p. 30).

Nesse contexto, as práticas pedagógicas devem contribuir para a discussão dessas diferenças, especialmente no âmbito do trabalho pedagógico do professor de ensino religioso. Assim, como argumenta Junqueira (2017, p. 22):

[...] trabalhar com a diversidade nas escolas é fundamental para garantir a igualdade sem destruir as diferenças. Em um país como o nosso, marcado por contrastes e desigualdades de recursos, direitos e oportunidades de aprendizagem, a consciência da voz ativa, educação de qualidade para todos torna-se essencial [...]

Diante disso vale ressaltar que a prática pedagógica do professor de ensino religioso é de suma importância para a gestão da escola, uma vez que essa disciplina é um componente curricular obrigatório no ensino fundamental das escolas públicas brasileiras e pode ser oferecida como opcional em escolas particulares.

O professor de ensino religioso, além de promover o conhecimento sobre as diversas religiões e crenças, tem como objetivo principal a formação ética e moral dos estudantes. Para isso, é necessário que o docente tenha uma formação específica na

área, bem como uma postura ética e reflexiva para lidar com as questões religiosas em sala de aula.

A prática pedagógica do professor de ensino religioso deve estar pautada em valores como o respeito à diversidade, à tolerância religiosa, à promoção da paz e da justiça social. Esses valores, aliados à metodologia adequada e atualizada, são fundamentais para o desenvolvimento de uma educação religiosa de qualidade.

A gestão da escola, por sua vez, deve dar suporte ao professor de ensino religioso, fornecendo formação continuada, recursos didáticos adequados e espaço para que o docente possa desenvolver suas atividades. Além disso, a gestão da escola deve promover o diálogo e o entendimento entre as diferentes religiões presentes na comunidade escolar, de modo a garantir um ambiente de respeito e convivência harmoniosa baseada em processos permanentes de justiça social não permitindo exclusões já que a escola deve ser uma instituição plural que trabalhe as diferenças (SANTOS, LÉLIS E VALE, 2020).

Portanto, a prática pedagógica do professor de ensino religioso tem reflexos importantes na gestão da escola, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva e tem uma importância fundamental na formação integral dos estudantes, pois essa área do conhecimento tem como objetivo desenvolver a compreensão sobre as diferentes religiões e crenças, bem como promover valores éticos e morais para uma convivência democrática salutar. Também deve ser pautada por uma abordagem pluralista e respeitosa em relação às diferentes religiões e crenças, garantindo a liberdade religiosa e o respeito à diversidade cultural e religiosa.

Além disso, o professor de ensino religioso deve ter habilidade para trabalhar com temas que possam ser sensíveis a determinados grupos religiosos ou mesmo a estudantes que sejam ateus ou agnósticos. Para isso, é necessário que ele tenha uma formação sólida e atualizada sobre a temática, além de uma postura crítica e reflexiva.

No que se refere aos reflexos na gestão da escola, a prática pedagógica do professor de ensino religioso pode contribuir para uma cultura de respeito e tolerância na escola, promovendo o diálogo e a convivência pacífica entre os diferentes grupos religiosos e culturais.

Dessa forma, é importante que a gestão da escola proporcione aos professores de ensino religioso as condições necessárias para que possam desenvolver sua prática pedagógica de forma efetiva, garantindo a formação continuada e o acesso a materiais e recursos pedagógicos adequados. Além disso, a gestão deve fomentar uma cultura de respeito à diversidade religiosa e cultural, promovendo a convivência pacífica e o diálogo entre os diferentes grupos.

Assim, a prática pedagógica opera e explica-se essencialmente como a atividade da prática, no sentido que lhe atribui Sánchez Vázquez (1997), pois é a ação deliberada de uma pessoa em contextos específicos de aprendizagem. Esse sujeito histórico está inserido no todo, que dialoga com os particulares e permite que a dimensão dialética ocorra sem perturbações. Tal processo pressupõe uma atitude humana perante a transformação da natureza e da sociedade, pois não basta conhecer e interpretar o mundo (teoricamente) é preciso transformá-lo (prática).

Nesse contexto, o homem se reconhece como um ser com possibilidade de se tornar sujeito da história, de modo que sua prática não seja apenas um guia para a interpretação do mundo, mas para sua transformação e ressignificação. Nesse contexto, se insere também a prática pedagógica do professor de ensino religioso, especialmente quando se propõe democrática e participativa no ambiente escolar, em que temas sobre a diversidade e a pluralidade religiosa não podem ser silenciados ou até mesmo negligenciados.

Partindo dessa premissa, volta-se o olhar para a escola, considerando-a em seus diversos aspectos, ou seja, como espaço por excelência para o desenvolvimento de processos sociopolíticos e pedagógicos, que por sua vez se inserem na gestão da escola como elementos estruturantes da prática educativa, por meio dos quais o político o efeito dos sujeitos sobre o mundo, a partir do movimento dialético e indissociável ação-reflexão, reflexão-ação (SCHON, 2000).

No processo de preparação de disciplinas para o ensino é necessário compreender a prática pedagógica em sua relação com o contexto mais amplo da escola, pois não basta ao professor ser um portador ativo de informações com alunos demonstrando competência teórica e habilidades técnicas. Deve ter um horizonte político das várias práticas que constituem e incluem o ensino para que a sua capacidade criativa não seja limitada e efetivamente perdida enquanto prática pedagógica. Como argumenta Freire (1987, p. 67), “quando chega a hora de agir, torna-se prática autêntica se o conhecimento resultante se torna objeto de reflexão crítica”.

A gestão democrática e a diversidade religiosa são temas importantes que devem ser considerados na prática pedagógica do professor. A gestão democrática implica participação ativa dos alunos na construção do conhecimento, na organização da sala de aula e na tomada de decisões em conjunto com o professor. Já a diversidade religiosa se refere à variedade de crenças e práticas religiosas que existem na sociedade.

Para que a gestão democrática seja efetiva, é necessário que o professor esteja disposto a ouvir e valorizar as opiniões dos alunos, incentivando a participação ativa deles nas atividades e no processo de ensino-aprendizagem. Isso implica em criar um ambiente seguro e acolhedor para todos os alunos, independentemente de sua religião ou crença.

No que se refere à diversidade religiosa, é importante que o professor tenha um conhecimento prévio sobre as diferentes religiões presentes na sala de aula, evitando preconceitos e discriminações. O professor deve estar aberto ao diálogo e ao respeito pelas diferenças, promovendo o entendimento mútuo e o convívio pacífico entre os alunos.

Além disso, o professor pode utilizar diferentes recursos pedagógicos para abordar a diversidade religiosa, como a realização de debates, a apresentação de trabalhos sobre as diferentes religiões, a inclusão de conteúdos relacionados às religiões nas atividades e nas avaliações, entre outras estratégias (LIBÂNEO, 2004).

Vale ressaltar que a gestão democrática e a diversidade religiosa devem ser consideradas na prática pedagógica do professor, criando um ambiente de aprendizagem participativo, respeitoso e inclusivo para todos os alunos, independentemente de sua religião ou crença.

Também é importante pensar sobre qual modelo de educação e vida propomos. Também inclui prática de autoavaliação contínua de desempenho na interação em sala de aula e expressões críticas aos colegas. Sabe-se que o processo de mudança ou construção do conhecimento é cumulativo e que a sociedade preserva o antigo, mas não se deixar de agregar outras formas de trabalho, construindo outras práticas educativas, e o meio para esses fins pode ser o aprendizado religioso. Portanto, é preciso questionar as práticas e formação dos educadores que atuam nessa área e subsidiar a discussão sobre o sistema de ensino e suas políticas.

Este debate deve propor um perfil de professores de ensino religioso que em seu cotidiano são exemplos de cidadãos participativos na vida social e que contribuem para a troca de experiências da comunidade na elaboração de propostas curriculares e documentos escolares, como forma de estimular a participação dos todos (RODRIGUES, 2003, p. 66).

Esse professor deve ter consciência multicultural e demonstrar que sabe que está trabalhando no Brasil, onde há uma real multiplicação de culturas, e que sua prática deve levar em conta esse dado para não incorrer em práticas pedagógicas excludentes (RODRIGUES, 2003).

As instituições de ensino devem reconsiderar sua atitude em relação ao desrespeito à diversidade e à subjetividade dos sujeitos. Com a política de utilizar a disciplina ensino religioso como acréscimo à carga horária de alunos e professores, estamos perdendo um valioso tempo de ensino.

O ensino religioso, de caráter facultativo, é parte integrante da formação básica do cidadão, representa a disciplina nas classes regulares das escolas públicas de ensino fundamental, assegura o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil e proíbe qualquer forma de proselitismo (Lei nº 9.475, Art.33, 1997).

Como parte integrante do currículo, embora opcional, a disciplina de ensino religioso não pode apenas reproduzir a sociedade, mas deve sugerir ao aluno que leia novamente o que deseja para ter direitos e viver adequadamente. Em um mundo competitivo, a valorização das relações de respeito e tolerância na sociedade deve ser enfatizada como uma prática reflexiva. Isso é algo que não se consegue da noite para o dia, pois a escola é uma realidade complexa.

Identidade refere-se ao conjunto de elementos que compõem uma cultura. Ao trabalhar a Identidade na formação de professores, partimos da análise do nome das pessoas, seu caráter histórico, sua ligação afetiva e cultural, um nome representativo como aspecto da família, uma rede familiar, relacionada ao pertencimento, um vínculo que permite a um indivíduo olhar e se relacionar com o mundo de um lugar, onde você está (NASCIMENTO, 2000, p. 99).

Nessa perspectiva, é preciso articular a escola com as questões sociais e os valores democráticos, não apenas no que diz respeito à seleção e tratamento de conteúdos, mas como espaço de produção conjunta de valorização humana. Portanto, deve-se procurar conhecer todas essas esferas de sua vida e os movimentos históricos, políticos e sociais que contribuíram para o desenvolvimento de sua cultura.

O ensino religioso precisa ser desenvolvido no sentido de respeitar essas particularidades e estimular a descoberta por meio de estudos e pesquisa inovadora:

Ensinar exige comprometimento – outro conhecimento que tenho para levar comigo, que se aplica a quase todos com quem conversei, é que é impossível continuar ensinando como se nada tivesse acontecido conosco. Como seria impossível sair na chuva completamente exposto a ela, desprotegido e não se molhar. “Não posso ser professor sem me colocar diante dos alunos, sem revelar fácil ou relutantemente meu modo de ser, de pensamento político” (FREIRE, 1996, p. 59).

Conhecer a si e ao outro é a base para que o professor-educador estimule essa produção de conhecimento e faça parte desse processo. A história do povo torna-se uma necessidade vital de cada pessoa, e esse papel deve ser sustentado pelo educador no campo do ensino religioso.

Vale ressaltar a democracia e a diversidade religiosa na prática pedagógica referem-se à forma como os princípios democráticos, como a igualdade, a inclusão, o diálogo, a participação e o respeito pelos direitos humanos, são aplicados na educação em todas as suas dimensões, levando em consideração a diversidade religiosa presente na sociedade. Isso envolve a promoção de um ambiente educacional inclusivo, onde todas as religiões e manifestações religiosas sejam tratadas com respeito e os estudantes tenham a oportunidade de aprender sobre diferentes crenças religiosas de forma imparcial e objetiva (NASCIMENTO, 2000).

A abordagem democrática e a consideração da diversidade religiosa na prática pedagógica têm como base os princípios dos direitos humanos, incluindo a liberdade de religião e crença, que é um direito fundamental reconhecido internacionalmente. Isso significa que as escolas devem respeitar e proteger o direito dos estudantes de professarem e praticarem a sua religião ou crença, desde que isso não prejudique os direitos dos outros.

Considerações

A interconexão entre a gestão democrática e a prática pedagógica do professor de Ensino Religioso emerge como uma temática de relevante para a compreensão dos desafios e oportunidades que permeiam a formação de cidadãos conscientes e reflexivos, dentro de um contexto marcado por pluralidade de crenças e valores que no caso da Amazônia é uma questão de destaque pela diversidade de povos.

A gestão democrática, pautada em princípios como a participação, transparência e diálogo, consolida-se como alicerce para uma prática pedagógica que promova uma abordagem não confessional do Ensino Religioso, assegurando o respeito à diversidade religiosa e a construção de um ambiente inclusivo e respeitoso já que é uma responsabilidade de todos os partícipes escolares tanto na rede pública quanto na rede particular de ensino.

A gestão democrática, enquanto estrutura administrativa que envolve a tomada de decisões compartilhadas e a integração da comunidade escolar, oferece um terreno fértil para a implementação de práticas pedagógicas que transpassem fronteiras confessionais já que devemos respeitar e valorizar todas as crenças permanentemente. Por meio do diálogo colaborativo entre educadores, alunos, famílias e outros sujeitos envolvidos, é possível construir um ambiente em que as diferentes perspectivas religiosas sejam consideradas, promovendo a compreensão mútua e a coexistência pacífica.

A prática pedagógica do professor de Ensino Religioso ganha profundidade e eficácia quando ancorada nos princípios da gestão democrática e, conseqüentemente na democratização das relações humanas. Ao abordar as crenças religiosas de maneira plural e respeitosa, os educadores têm a oportunidade de fomentar a compreensão crítica, estimulando os alunos a questionar, analisar e refletir sobre as diversas manifestações religiosas presentes na sociedade. Essa abordagem, baseada em valores como respeito, empatia e tolerância, não apenas enriquece o processo educativo, mas também contribui para a formação de cidadãos éticos e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa.

Logo, a relação entre gestão democrática e prática pedagógica do professor de Ensino Religioso transcende os limites da sala de aula, abraçando a missão de orientar cidadãos para o diálogo constante, respeitar e conviver em uma sociedade diversificada. A interseção desses pilares promove um ambiente educacional que não apenas respeita as diferentes crenças, mas também as celebra como componentes enriquecedores da tapeçaria cultural e espiritual de nossa nação. Nesse caminho, o professor de ensino religioso se torna um agente de transformação, guiando os alunos rumo a um futuro mais compreensivo, plural e harmonioso.

Referências

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base*. 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf . Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N. 9.394/96*. Brasília, 1996.

BRASIL. *Ministério da educação*. Secretaria de Educação Básica – Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública, Brasília, 2004.

BRASIL. *Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República*. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais - Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.



BRASIL. *Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República*. Diversidade Religiosa e Direitos Humanos: Reconhecer as diferenças, superar a intolerância, promover a diversidade - Brasília, 2013.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORA, Dinair Leal da. *Gestão educacional democrática*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

JUNQUEIRA, Sérgio. R. A. (Org.). Introdução Geral. In: JUNQUEIRA, Sérgio. R. A.; BRANDENBURG, Laude E. e KLEIN, Remí. (Orgs.). *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Vozes, 2017. p.21-25.

KAUARK. F.; MANHÃES. F. Castro; MEDEIROS, C. Henrique. *Metodologia da pesquisa: guia prático /*, ed. Via Litterarum, Itabuna / Bahia, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. Ed. Revista e ampliada – Goiânia: editora Alternativa, 2004.

LIMA, F.W.C.; PEREIRA, M.S.V. Justiça social via ensino religioso na Base Nacional Comum Curricular. *Concilium*, v.10. 2024.

LUCK, Heloísa. A gestão pedagógica da organização curricular com foco na superação da distorção idade-série. *Gestão em Rede*, n. 62, p.10 – 14, junho, 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Valdecir Pedreira. A identidade racial na forma profissional do jovem. In *Educação, racismo e antirracismo*. Salvador, EDUFRA, 2000.

PARO, Vitor Henrique. *Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública*. São Paulo, 2000.

SANTOS, E. M. N. ; LIMA, F. W. C. ; VALE, Cassio . Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante. *Eccos revista científica* (online), v. 54, p. 1-17, 2020.